



# FICÇÃO E HISTÓRIA EM JOÃO PAULO BORGES COELHO

*Cinthia S. Belonia*

*Orientador: Silvio Renato Jorge*

*Doutoranda/UFF*

RESUMO: Nesta comunicação abordaremos a construção da narrativa histórica a partir da ficção e da memória em dois romances do escritor e historiador moçambicano, João Paulo Borges Coelho, *As visitas do Dr. Valdez* e *Crónica da Rua 513.2*. No romance *As visitas do dr. Valdez* (2004), temos a narrativa do final de um império e a construção de um país como pano de fundo para a história de três personagens, essa é uma história de criado e patrão onde duas senhoras representam uma ordem social que está prestes a acabar e o rapaz, Vicente, representa o futuro que está por vir com a independência colonial. No romance podemos notar o tema da guerra, que já estava bastante frequente no cotidiano do moçambicano, o final do colonialismo português e a exploração desumana da população local. Já o romance *Crónica da Rua 513.2* (2006) narra o cotidiano dos moradores da rua 513.2, em Maputo, após a guerra de libertação. É a narrativa historiográfica e poética sobre o lugar onde a memória trabalha em seus diversos aspectos. As duas narrativas de João Paulo Borges Coelho oscilam entre o fato histórico e o ficcional e passado, presente e futuro. Para esta análise serão convocados os autores José Luis Cabaço, Rita Chaves, Paul Ricoeur, Jeanne Marie Gagnebin e demais autores.

PALAVRAS-CHAVE: História; Memória; Ficção; João Paulo Borges Coelho.

João Paulo Borges Coelho, escritor e historiador, elabora nos dois romances analisados nesta comunicação, *As visitas do Dr. Valdez* e *Crônica da Rua 513.2*, uma narrativa ficcional com acontecimentos reais do período colonial e pós-independência em Moçambique. O autor utiliza a memória em seus romances, com seus personagens convocando o passado na tentativa de compreender o presente.

O romance *As visitas do Dr. Valdez* (2004) aborda o período histórico colonial do país africano, principalmente o fim dessa colonização e o nascimento de um novo país. Os personagens principais são duas senhoras, Sá Caetana e Sá Amélia, as patroas, e o jovem Vicente, o empregado. As duas senhoras são produto de um cruzamento de sangues e culturas, representam o passado e a ordem social que parece estar prestes a acabar. Já Vicente, um rapaz negro, representa o futuro, tanto o seu quanto o do país, ainda embrionário, sem saber muito bem o que o esperava. Esta é, sobretudo, uma história que fala de patrões e empregados. O dr. Vadez que aparece no título, é um personagem já morto, mas reinventado por Vicente, por iniciativa de Sá Caetana, para trazer alegria a Sá Amélia, agora muito idosa e bastante entediada. Os personagens recorrem à memória para reconstruir suas histórias e dessa forma, também reconstruir a história do país e da colonização.

João Paulo ao narrar o cotidiano da família de Vicente, nos mostra como era o cotidiano de um negro empregado de uma família branca, ou seja, como era o ser/estar no mundo branco para um negro que, certamente, não via, ou até o momento não pensava, na possibilidade de mudança. Não existia uma perspectiva de uma vida melhor quando se era negro e pobre. Vicente era filho, neto e bisneto de criados. Seu pai, Cosme Paulino, além da predisposição natural, precisou aprender a “arte de servir”, encaixando-a na arte dos patrões:

Enquanto o criado já servia Ana Bessa, o seu filho Cosme Paulino servia uma Amélia ainda Meméia, sempre atento, na sua preocupação infantil, a que a menina não se afastasse de casa, não caísse, não chorasse. Não era trabalho que requeresse grande competência mas de qualquer forma era um bom começo, até pela responsabilidade que envolvia. (COELHO, 2004, p. 41)

Chega o momento em que Vicente, o criado negro, precisa se vestir de dr. Valdez, médico branco, homem duplamente nobre. O jovem seria uma representação dos conflitos e

dilemas da sociedade moçambicana. Ele transgride o lugar tradicionalmente reservado ao colonizado ao sair da posição de criado e se transformar no médico branco e, assim, ele assume o questionamento do seu ser/estar no mundo colonizado. Assim ele ilustra o ser humano em vias de descolonização:

Tanto tempo levou a preparar-se porque também por dentro se quis transformar. Como pensa um branco? Como sente um branco? Como age um homem branco? [...] Vicente avançou muito direito, com ar pomposo e passadas largas como lhe parece que fazem sempre os homens brancos com estatuto. (COELHO, 2004, p. 48-49)

Os momentos em que Vicente se transforma em dr. Valdez são bastante emblemáticos. É apenas durante esse período que o rapaz negro é tratado com igualdade pelas suas patroas brancas. Ele passa a penetrar o lar onde trabalha como convidado e ter acesso aos cômodos da casa jamais permitidos ser usufruído por um empregado. Segundo José Luiz Cabaço, sociólogo moçambicano, em seu livro *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação* (2009), a pele negra impedia o acesso à maioria dos locais de convívio e lazer frequentados pelos brancos, ditos “civilizados”, independente do estatuto jurídico da pessoa de pele negra. A sociedade dos colonos não concedia espaço aos colonizados, mesmo que o Governo os quisesse usar como exemplo de sua política multirracial. Para o antropólogo, só existe colonizado porque existe colonizador, e este encontra razão de ser na existência daquele.

A forma como Vicente se transformava em dr. Valdez era tão caricatural que fez Sá Caetana questionar se era assim que guardava o médico na lembrança sem o saber ou se era assim que o rapaz via a ela e os outros brancos, ou seja, de um jeito um tanto ridículo. A transformação de Vicente em Valdez é o oposto do *blackface*, prática expandida por menestréis no século XIX. Nessa época, atores brancos se pintavam de preto com carvão para interpretar personagens negros, o que impedia os atores negros de interpretar a si mesmo. Essa representação se dava de forma caricata e ridícula, criando um estereótipo do negro, como se fossem todos iguais.

A transformação de Vicente é oposta porque aqui temos um negro se caracterizando de branco da mesma forma caricata como o *blackface*. Essa fantasia oposta que o criado faz pode

ser vista como a personificação da mudança que está para ocorrer em Moçambique. A mudança hierárquica racial se reflete na fantasia do branco caricato de Vicente. A visão caricata é racista, estereotipada e desumana. Ao se personalizar de dr. Valdez, teria Vicente consciência do que faz? Se tem (e eu acredito que sim), ele o faz com qual propósito? Ofender as patroas ou ofender os brancos em geral?

Ao fim do romance, com o falecimento da irmã, o destino de Sá Caetana é o mesmo de muitos colonos após o 25 de Abril. Ela também será uma retornada:

Cada objeto uma memória, e por aí fora até completar-se a mala inteira. Tudo em ordem menos a vida dela, coitada, que está em total desordem. Digo isso ficando, quem vai é ela, a minha patroa que daqui a pouco até isso terá deixado de ser. Ou talvez tenha deixado já há algum tempo, não sei bem. (COELHO, 2004, p. 219)

Rita Chaves, em seu artigo “Notas sobre a Ficção e a História em João Paulo Borges Coelho”, chama atenção para o narrador em terceira pessoa no romance. Segundo ela, no narrador há uma inquietação de quem se vê incapaz de penetrar completamente no universo da narrativa:

Talvez seja mais acertado pensar que a distância entre a voz que narra e o mundo narrado, se por um lado assoma como um problema, por outro lado ergue-se como matéria para reflexão. Como se o narrador não escamoteasse a consciência de que fala para um leitor que pouco conhece daquela paisagem, uma das razões por que faz sentido buscar o equilíbrio entre a incursão no desconhecido e a ponta de estranhamento que impede a diluição da alteridade que é preciso considerar. (CHAVES, 2008, p. 191)

Considerando que o autor é também historiador, percebemos que o senso de historicidade marca o romance. Chaves cita o estudioso do gênero romance, Michel Zeraffa, para dizer que o gênero surge porque não há sociedade sem história e nem história sem sociedade. Há uma proximidade muito grande entre história e literatura. Na própria concepção do romance temos elementos para pensar na articulação entre as conexões com a história. Essas conexões diminuem ou aumentam segundo os passos de cada época e as peculiaridades de cada espaço.

Segundo Chaves, a opção pela narrativa pode ser considerada uma espécie de senha para o trânsito da história para a literatura, dois domínios que cultivam a diluição das fronteiras. Ela ainda acrescenta que em *As visitas do Dr. Valdez* podemos acompanhar a gestação do momento histórico que o livro narra.

O vetor da matéria trabalhada nesse romance é a memória de Sá Caetana e Sá Amélia, por isso o ritmo da narrativa parece lento mesmo com os fatos sugerindo alguma agilidade. O essencial na narrativa se passa dentro da casa da cidade da Beira com as duas senhoras e com o empregado Vicente. Apenas algumas poucas cenas, sempre protagonizadas pelo criado, ocorrem pelas ruas da cidade. Os grandes deslocamentos associados ao passado ocorrem sob a moldura da memória. É através da memória que os mundos desfeitos se reconstruem e se reinstalam nas vidas da contemporaneidade.

A memória nessa narrativa tem o papel de escavar pontos submersos para formar um mosaico a partir dos fragmentos levantados nessa operação. Segundo Chaves, aqui também cabe o conceito de “rastros” que Jane Marie Gagnebin utiliza de Walter Benjamin. Em *As visitas do Dr. Valdez*, Vicente dá corpo ao médico Valdez graças às suas lembranças do terreno da memória:

Saída do terreno encantado da memória, a personagem reencarna-se na figura estranha que Vicente lhe empresta e assegura uma estranha materialidade ao rastro da matéria que aspira à recuperação de uma suposta totalidade mas que, simultaneamente, confirma a irreversibilidade do passado e, portanto, da incompletude do gesto. (CHAVES, 2008, p. 196)

O conceito de rastro nos conduz à problemática da memória. O rastro marca a lembrança de uma presença que não existe mais, que sempre corre o risco de ser apagada em definitivo. Tal conceito rege todo o campo metafórico e semântico da escrita. O rastro, a memória e a escrita são frágeis. A tarefa do historiador é lutar contra o esquecimento e a denegação, lutar contra a mentira sem cair em uma definição dogmática da verdade.

O surgimento de tantas narrativas de memória nos últimos anos em Moçambique faz pensar a necessidade que os protagonistas da história do país sentem de oferecer novas leituras, mesmo com todos os riscos que essa atividade implica. É urgente que se ofereça

novas contribuições à construção da história de povos que foram, por séculos, silenciados pela dominação do colonizador. No entanto, é preciso considerar a subjetividade desses documentos, pois eles aspiram à totalidade de um evento, da história, mas são reveladores do caráter fragmentário de cada gesto humano.

A literatura contribui para fundar outros mundos ajudando a revelar a complexidade do universo em movimento que é um aspecto do nosso tempo. Mesmo sendo um romance ficcional, *As visitas do Dr. Valdez*, pode contribuir para o conhecimento histórico do leitor. No entanto, é importante perguntar: quem seria o leitor desse tipo de literatura? Por mais que um livro possa ser lido por qualquer um que saiba ler, o que é escrito é direcionado para alguém, para um determinado público. As narrativas que tratam o período colonial e o pós-25 de Abril em África não são escritas para um público geral, elas querem afetar pessoas específicas. Pessoas que foram afetadas, direta ou indiretamente, pela colonização e pelo 25 de Abril. Pessoas que, de alguma forma, mesmo que não reconhecendo isso, fizeram parte do sistema colonial.

Vicente ilustra o ser humano em vias de descolonização, mesmo que timidamente. As mudanças estavam acontecendo aos poucos, havia uma ebulição no ar. Mesmo assim, não dá para dizer que ele seja um jovem ingênuo. Ele é silencioso e observador, características de uma pessoa inteligente que sabe esperar a hora de agir. Talvez, se a narrativa caminhasse um pouco mais a frente na história do país, poderíamos ter visto um Vicente mais empoderado.

O segundo romance de João Paulo analisado aqui é *Crónica da Rua 513.2* (2006), em que há uma interessante representação da cidade de Maputo no período histórico pós-independência. Nessa ocasião, os moçambicanos tentaram destruir todo e qualquer rastro do período colonial. Muitas ruas mudaram de nome, mas uma permaneceu como estava, a Rua 513.2. Nessa narrativa podemos ver como ficou Moçambique após o 25 de abril a partir do cotidiano dos moradores dessa rua.

A maior parte da narrativa se passa na Rua 513.2 tendo seus moradores como os principais personagens. Uma das versões para a criação da rua diz que os portugueses, ao chegarem, impuseram sua presença nela justificando sua ligação com o mar, diferente do africano que, segundo aqueles, eram um povo de interiores que viviam virados para o mato e

gostavam de pegadas de leão. “É o povo aceitava, porque é da sua natureza aceitar e porque os outros tinham meios de lha lembrar” (Coelho, 2006, p. 17). Outra versão diz que os africanos construíram a rua, deram sombra, fizeram as casas e os portugueses chegaram depois, cercaram os que lá estavam para ocupar os postos de trabalho que foram criando. De qualquer forma, o africano sempre fora impedido de ver o mar.

O passado ficou para trás e com ele, as diferenças também: “É enorme a distância que trazem do passado, e por isso quando o Secretário Filimone chama Basílio Costa de camarada quer dizer-lhe que agora brancos e pretos são iguais, queiram ou não os primeiros” (Coelho, 2006, p. 33). Pois no passado, ao que nos escreve Cabaço, a simples queixa de um branco era o suficiente para determinar a prisão de um negro sem a necessidade de um processo investigativo, sendo a pena determinada por um funcionário do aparelho administrativo, totalmente arbitrária. Essa situação só foi perturbada com a eclosão da revolta armada. Moçambique já apresentava uma mudança com o desenvolvimento da economia, mas o que mudara sua paisagem e rotina significativamente era a presença de um numeroso contingente militar vindo da metrópole. Cerca de meio século após a guerra de ocupação colonial, as forças armadas voltavam à Moçambique assumindo um papel importante na administração do território.

Agora tudo deveria ser igual para todos. Mesmo o povo sendo muito e existindo com todos os gostos e inclinações. Já não é mais como antigamente, o tempo atual era de igualdade. Não bastava ter os cartões, azul e branco, e dinheiro, para poder receber os alimentos básicos, tinha que ter trabalhado como todos e com todos, em prol do coletivo. Mesmo assim, as manobras de esperteza em cima do outro, da cegueira e desatenção do outro, permaneciam. Afinal, o indivíduo sempre se acha mais necessitado que o coletivo:

Ainda há pouco, enquanto Filimone perguntava por Valgy e todos se interessavam em saber, aproveitou a primeira para enviar, por um dos filhos, dois quilos de açúcar para casa. Açúcar ilegítimo, frio e trémulo das mãos que o transportaram, mas ainda assim capaz de açucarar. Pouco depois, enquanto Filimone repreendia a Professora e todos escutavam, foi a vez da segunda retirar do monte uma barra de sabão, enfiando-a sabiamente na dobra da capulana. Sabão desviado, criminoso, mas ainda assim capaz de ensaboar. Todas estas manobras fazendo parte de uma distribuição paralela à distribuição principal, através da qual se compensam as injustiças da lei que

é cega. Através da qual se restabelecem os equilíbrios. (COELHO, 2006, p. 257)

O certo é que nem todos, mesmo estando com os cartões, receberam a quantia que deveriam receber, ou por deficiência técnica, ou por conta dos desvios. E ainda não era o fim. Depois chegaram os mais desfavorecidos, sem cartões azuis ou brancos. Esses recolheram os restos, nessa segunda distribuição, que mesmo sendo pouco, tinha o seu valor.

Pode-se notar nessa narrativa que aparentemente a vida do povo moçambicano fica pior com o fim da colonização. É essa a ideia que o colonizador quer dar. No entanto, o que ocorre são as dificuldades comuns em qualquer período de transição política, econômica e social. A transição de um sistema para o outro nunca é fácil, nem rápida ou simples. É um período de duelo entre o imediatismo e a paciência que é necessária ter. Porém, para muitos moradores da cidade, o que impera é o imediatismo. A pressa de colocar comida e outras urgências, tão importantes quanto, dentro de casa. Essas necessidades básicas não têm paciência. O imediatismo, e com ele a astúcia, vence.

O filósofo Paul Ricoeur escreve sobre a história do contemporâneo, também chamada de história do tempo presente, e sua dificuldade entre interpretação e a busca da verdade na história. As narrativas aqui estudadas narram acerca de eventos históricos não muito distantes do ano da escrita e publicação dos respectivos livros. Chamamos de romance histórico, os livros aqui analisados, por narrarem eventos históricos, e não por terem o tempo passado apenas como pano de fundo dessas narrativas. Segundo Ricoeur:

Essas dificuldades não se devem principalmente à inevitável intervenção da subjetividade da história, mas à posição temporal entre o momento do acontecimento e o da narrativa que o relata. Com essa espécie de história contemporânea, o trabalho nos arquivos continua sendo ainda confrontado com o testemunho dos vivos, que são, muitas vezes, sobreviventes do acontecimento considerado. (RICOEUR, 2007, p. 350)

O passado que não para de assombrar o presente que Ricoeur aborda nos remete a uma necessidade de contar. No entanto, contar para quem? Quem estaria disposto a ouvir acerca da presença do português em Moçambique e da violência de todo o processo colonial e de



libertação? Mais uma vez, temos que refletir sobre o tipo de leitor a quem a narrativa se direciona.

Paul Ricoeur nos mostra que a história sempre esteve atrelada à memória. É através da memória ancestral que vai se constituindo o movimento da história, sendo a nação a referência principal da memória histórica.

Rita Chaves escreve que o autor moçambicano fermenta sua carreira no exercício da história como espaço de reflexão. Segundo ela, não é raro que o percurso biográfico do escritor das ex-colônias portuguesas em África se misture ao de país. No ano da independência de Moçambique, JPBC tinha apenas 20 anos, ou seja, ele amadureceu ao mesmo tempo em que vivia o clima das grandes mudanças, indo da derrocada do império e a emergência do novo Estado. Sem contar com a instabilidade da guerra que atravessou as décadas seguintes.

Segundo Rita Chaves, João Paulo não faz romance histórico, ele se mostra preocupado com elementos que fazem parte do reino de sua outra função, entre estes se destaca o universo da memória. O foco de seus romances é o presente. O tempo de seus romances é o da emergência em que vive o país e as mudanças pelas quais ele passa.

No entanto, acredito que mesmo o tempo dos romances de João Paulo ser o da emergência em que o país vive, sua necessidade de evocar o passado através da memória contribui para a formação do conhecimento histórico do país. O que, de alguma forma, torna seus romances históricos também. Ser literatura contemporânea não exclui as características de romance histórico presente na narrativa.

Nos dois romances do autor moçambicano analisados “a concepção de memória está articulada com uma sutil noção de movimento que apanha as personagens no exercício mesmo da percepção de que vivem um tempo limite” (Chaves, 2008, p. 193). O tempo é o elemento essencial nas duas narrativas.

No último capítulo do romance, “Epílogo: muros altos”, percebemos que os muros altos separam a rua da periferia da cidade, continuando o impedimento dos que moram nos lugares mais afastados da cidade possam ver o mar. Exatamente como era no período colonial. O

epílogo contrasta com o prólogo mostrando que algumas coisas mudaram, mas apenas para uma minoria de moçambicanos. Segundo o narrador, “onde está o mundo que antes tínhamos na mão, e que hoje nem de cima da acácia de dona Aurora se vê? Muros altos” (Coelho, 2006, p. 332). As transformações ocorridas no país não foram para todos. O que se percebe é que não há mudança para melhor. Muda-se um sistema para outro, mas as relações de poder e hierarquia permanecem.

Frantz Fanon diz que a descolonização é a substituição de uma “espécie” de homem por outra “espécie” de homens. Isso não quer dizer que a hierarquia acaba com o fim da colonização. O que se percebe nesse romance é que os privilégios saem das mãos de uns e vão para as mãos de outros. O mais forte, mais importante, mais esperto continua na frente dos outros. A liberdade com a independência não vem para todos. O país agora era livre de Portugal, mas muitos moçambicanos continuaram com suas limitações e obrigações, agora tendo de ser cumpridas para outros. O menos favorecido continuou guetizado, independente de qual era o cenário político e social do país.

Os dois romances analisados aqui abordam um momento histórico moçambicano que refletem a presença do português em África. Tanto antes do 25 de abril, com *As visitas do Dr. Valdez*, quanto tempos, com *Crónica da Rua 513.2*. Mesmo tratando-se de romances ficcionais, eles também contribuem para a formação da História Nacional de Moçambique.

#### **REFERÊNCIAS:**

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CHAVES, Rita. “Notas sobre a Ficção e a História em João Paulo Borges Coelho”. In: RIBEIRO, Margarida Calafate; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Moçambique: Das palavras escritas*. Porto: Afrontamento, 2008.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. Serafim Ferreira. Lisboa: Ed. ULISSEIA, 1961.



**Anais do VIII Seminário dos Alunos dos Programas  
de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFF  
Estudos de Literatura**

---

GAGNEBIN, Jeanne Marie, *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.].

Campinas: Editora da Unicamp, 2007.